

**CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**(CTSEFM)- MNE-Sala Azul**

Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 15 e 16 de Julho de 2021

**ATA DAS REUNIÕES**

António de Freitas- Venezuela- Presidente

Gabriel Marques – EUA- Secretário

Gilberto Martins – África do Sul (AUSENTE)

Maria Violante Martins- Argentina (AUSENTE)

Maria de Lurdes De Almeida Traça- Venezuela (SUPLENTE) por Argentina

Manuel Cardia Lima- França

Armando de Jesus- Macau- (AUSENTE)

Manuel Baião Figueira – Suíça (AUSENTE)

Domingos Pereira – Suíça (SUPLENTE) por Suíça

**Dia 15**

1.- Os trabalhos desta Comissão tiveram inicio pelas 10h00, com palavras da Dra. Berta Nunes, Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, e os respetivos presidentes das Comissões. Logo a seguir , o Presidente desta comissão deu , em forma particular, as boas vindas ao seu grupo.

2.- Seguiu-se a aprovação da Ordem dos Trabalhos

3.- Foi aprovado por unanimidade a eleição do Presidente e do Secretário, António Freitas e Gabriel Marques respetivamente, para o período 2021-2022 (se houver).

4.- O Presidente António Freitas leu os itens anteriores, que foram previamente aprovados.

a.- O Conselheiro Domingos Pereira alertou para a correção do ponto 3 da ata do dia 6 de Maio. Deve ser colocado “2019” e não “2018-2019)

b.- Chamou a atenção para as iniciais “WWI” que provavelmente devem ser “IMI”

5.- O Conselheiro Domingos Pereira apresentou a esta mesa 4 pontos para serem debatidos:

5.1- Valor Económico da Diáspora

5.2- Dupla Tributação na Suíça

5.3- As mais valias pagas pelos emigrantes

5.4- Direito Mortuório (Post Mortem)

6.- Domingos Pereira considera necessário emitir um parecer ao Conselho Permanente para que seja considerada a seguinte proposta:

“ Sempre que o(a) SECP ou outras Entidades Oficiais Portuguesas visitam as Comunidades devem participar aos Conselheiros das respetivas áreas para um encontro de trabalho com o fim de conhecer mais de perto os problemas da respetiva Comunidade.” Este parecer foi aprovado por unanimidade.

7.- Surgiram algumas questões sobre a guia fiscal, as quais serão debatidas ao pormenor no dia 16 entre as 11h00 e as 12h30m.

8.- O Conselheiro Domingos Pereira fez algumas observações sobre o valor económico da diáspora . Iniciou com a questão do contributo económico da comunidade para Portugal , por exemplo, as exportações portuguesas.

O Presidente António Freitas falou sobre a importância de definir não somente a economia da emigração, mas também das anteriores intervenções do AICEP e lamenta a falta de um apoio maior às Comunidades e ao CCP.

Domingos Pereira fez a sugestão de emitir um parecer ao Conselho Permanente que diga o seguinte:

“seja realizado um estudo e apresentado posteriormente sobre o real valor económico das comunidades para a economia Portuguesa. Por exemplo questões do Turismo, Exportações, Investimento (imobiliário), Fiscal (IMI, remessas) e outros. Este parecer foi aprovado por unanimidade.

Assim mesmo esclareceu que no seguimento da reunião dos dias 6 e 7 de Maio de 2019, ponto 10, alínea c, donde o Dr. Bernardo reconheceu que “..... a Suíça criou vários impostos que operam fora do tratado”. Esta Comissão recomenda que sejam feitas negociações a fim de englobar estes novos acordos nos existentes da dupla tributação, para que os portugueses deixem de ser lesados sobre o imposto do valor patrimonial sobre imóveis.

Às 12h45m partimos para o almoço, e voltámos à sala das reuniões às 14h15m para dar inicio à reunião agendada por vídeo conferência com o Dr. Jorge Oliveira, Diretor dos Serviços Regionais para debater sobre os GAES (gabinetes de apoio ao emigrante).

9.- No que refere ao imposto sobre as mais valias esta Comissão rejeita a decisão do Governo em não considerar a decisão dos tribunais Nacional e Europeu na matéria de igualdade de tratamento fiscal das mais valias imobiliárias entre residentes e não residentes. Por isso apelamos ao Conselho Permanente para intervir no sentido de repor esta igualdade de tratamento fiscal. Esta informação dos tribunais pode verificar-se num artigo do Jornal de Negócios do dia 29-03-de 2019.

Em seguimento da reunião online com o Dr. Jorge Oliveira sobre os GAES (gabinetes de apoio ao emigrante) o mesmo informou que estão disponíveis gabinetes em 167 Concelhos dos 308 Concelhos existentes. Segundo o nosso convidado não existe obrigatoriedade dos GAE de um Município prestarem apoio a outro circundante. Esta Comissão apela ao Conselho Permanente para intervir junto do Ministério da Administração Interna para que seja emitida uma missiva aos Municípios a pedir a prestação de apoio aqueles Concelhos sem o serviço destes escritórios. Também pensa que seria uma mais valia que estes gabinetes prestassem serviço de apoio tanto a emigrantes como a imigrantes.

10.- Ato seguido esta Comissão recebeu a Dra. Rosa Campizes da DGACCP, quem atenciosamente se disponibilizou para esclarecer dúvidas referentes aos apoios sociais.

Informou a esta Comissão que os programas ASIC E ASEC estão disponíveis para as Comunidades previa apresentação da documentação requerida e que a aplicação destes apoios está a ser feita com mais celeridade que no passado. Uma vez mais fez a aclaratória que o ASIC é um programa que aplica para os países fora de Europa que não possuam mecanismos de apoio paralelos e que o ASEC é um programa de apoio pontual.

Também comunicou a existência de um terceiro programa de apoio criado durante a pandemia para ajudar nacionais que por este motivo ficaram sem meios de subsistência.

Este programa baseia-se numa estimativa de gastos mensais do emigrante em questão e suporta esse gasto na sua maioria. Toda esta informação foi enviada aos respetivos postos consulares para comunicar às suas comunidades, no entanto depois de consultar os conselheiros desta Comissão, chegou-se à conclusão que esta informação não foi divulgada.

11.- Foi convidado também um (a) representante do AICEP(APMEI) mas lamentavelmente ninguém respondeu ao convite.

A reunião terminou por volta das 18h00

#### **DIA 16- SALA AZUL**

Os trabalhos tiveram inicio pelas 9h00 com a presença da Dra. Patrícia Barata do DGES e os Presidente e Vice-Presidente do Conselho Permanente, Flávio Martins e Amadeu Batel respetivamente.

APC

12.- Esta comissão foi notificada nesta reunião que foi publicada uma nova Portaria nº 142-A/2021 de 8 de Julho a qual define os requisitos de candidatura para o acesso e ingresso em instituições de Ensino Superior no ano letivo 2021-2022 por parte de candidatos emigrantes portugueses, familiares que com eles residam e lusodescendentes. No entanto e apesar que este assunto é matéria pertinente às Comunidades, não foi requerido nenhum parecer ao CCP.

13.- É também motivo de preocupação o fato de existirem divergências entre as Ordens Profissionais e as instituições de Ensino Superior o que reflete negativamente nos prazos e homologações de diplomas profissionais.

14.- Esta Comissão considera importante formalizar uma Moção para que o ponto anterior seja devidamente analisado.

15.- Outro ponto que chama a atenção é a pouca adesão às vagas existentes. Temos assim que 7% destas vagas equivale a 3.500 postos e somente 10% é preenchido. Sendo assim, é importante realizar um estudo para poder analisar as causas desta pouca adesão.

16.- Seguidamente recebeu-se o seguinte convidado, Dr. Joaquim Moura, Diretor Executivo do programa Regressar a Portugal. Este programa foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 60/2019 e encontra-se publicado no Diário da República, 1ª série- Nº 62- 28 de março de 2019

17.- Foi-nos confirmado, o que é preocupante, que alguns dos apoios deste programa funcionam para o Continente mas não para as Regiões Autónomas. Isto é discriminatório e causa um profundo mau estar na Comunidade, pelo que consideramos necessário que esta situação seja resolvida o mais breve possível.

18.- O Dr. Joaquim Moura referiu que está disponível para realizar palestras informativas online sobre este programa para as diferentes comunidades.

19.- O ponto 5.4 não foi debatido devido ao curto espaço de tempo.

20.- O ponto 7 não foi debatido devido à ausência do (a) convidado(a)

A reunião terminou pelas 16h00 e as conclusões e moções seguem em anexo.

  
António De Freitas  
Presidente

Gabriel Marques  
Secretário

Manuel CARDIA LIMA  


**,CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS**

Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e dos Fluxos Migratórios  
(CTSEFM)

**CONCLUSÕES**

A Comissão Temática do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) para os Assuntos Sociais, Económicos e dos Fluxos Migratórios (CTQSEFM), reunida em Lisboa no Ministério de Negócios Estrangeiros nos dias 15 e 16 de Julho e uma vez efetuados os encontros com os distintos convidados e personalidades que estiveram presentes, considera importante apresentar as seguintes conclusões ao Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas para que sejam avaliadas, analisadas e se assim o entenderem serem devidamente difundidas.

A Comissão apoiou as seguintes recomendações:

- 1.- Sempre que o(a) SECP ou outras Entidades Oficiais Portuguesas visitam as Comunidades devem participar aos Conselheiros das respetivas áreas para um encontro de trabalho com o fim de conhecer mais de perto os problemas da respetiva Comunidade."
- 2.- Realizar um estudo e apresentá-lo posteriormente sobre o real valor económico das comunidades para a economia Portuguesa. Por exemplo questões do Turismo, Exportações, Investimento (imobiliário), Fiscal (IMI, remessas) e outros.
- 3.- Esta Comissão rejeita a decisão do Governo em não considerar a decisão dos tribunais Nacional e Europeu na matéria de igualdade de tratamento fiscal das mais valias imobiliárias entre residentes e não residentes. Por isso apelamos ao Conselho Permanente para intervir no sentido de repor esta igualdade de tratamento fiscal.
- 4.- Aqueles Municípios onde existem Gabinetes de Apoio ao Emigrante, devem dar apoio aos municípios de outros Municípios circundantes que carecem destes escritórios.
- 5.- A informação sobre apoios que a DGACCP envia aos Postos Consulares não está a ser devidamente divulgada às Comunidades pelo que consideramos importante fazer um chamado de alerta para que esta situação seja corrigida.
- 6.- Referente à homologação de diplomas profissionais, esta Comissão emite a seguinte Moção:

**MOÇÃO**

É primordial e urgente que existam acordos entre a CNAES e as Ordens Profissionais para que as decisões emitidas na homologação de diplomas profissionais sejam unânimes.



7.- É importante realizar um estudo para poder analisar as causas da pouca adesão às vagas existentes no Ensino Superior.

8.- Referente ao programa Regressar a Portugal, esta Comissão emite a seguinte Moção:

**MOÇÃO**

Devem-se buscar mecanismos que permitam acordos entre os diferentes Governos , Continente e Regionais, para que os apoios incluídos neste Programa sejam iguais para todas as Comunidades, tanto Continentais como Regionais.

Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16 de Julho de 2021

  
António de Freitas

Presidente

Gabriel Marques

Secretário

  
Manuel CARDIA LIMA  
